



Indígenas do universo': espaço, dominação e práticas de liberação social na obra dos geógrafos anarquistas Elisée Reclus, Pëtr Kropotkin e Léon Metchnikoff

Federico Ferretti, Philippe Pelletier

► To cite this version:

Federico Ferretti, Philippe Pelletier. Indígenas do universo': espaço, dominação e práticas de liberação social na obra dos geógrafos anarquistas Elisée Reclus, Pëtr Kropotkin e Léon Metchnikoff. Território Autônomo, 2013, 2 (2), 5-16, <http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/>. <hal-00820483>

HAL Id: hal-00820483

<https://hal.science/hal-00820483v1>

Submitted on 6 May 2013

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



HAL Authorization

– Críticas & alternativas –

**“Indígenas do universo”:
espaço, dominação e práticas de libertação social na obra dos
geógrafos anarquistas Elisée Reclus, Piotr Kropotkin
e Léon Metchnikoff***

Federico Ferretti

Département de Géographie et Environnement, Université de Genève
federico.ferretti@unige.ch

Philippe Pelletier

Université Lumière-Lyon II
philippe.pelletier@univ-lyon2.fr

A dominação está no centro da problemática anarquista, que se baseia em seu antônimo: a liberdade, vista não como licença, anomia ou indiferença individual, mas sim como componente do indivíduo e da sociedade ao mesmo tempo. Esta remete à Geografia na questão de seus limites, da sua extensão, da sua tradução concreta na relação espacial, bem como na relação social (recursos, finitude, organização do território). Então, nada surpreendente que, depois da primeira leva de teóricos anarquistas (Godwin, Déjacque, Proudhon, Bakunin...), mais interessados na Economia, na Sociologia ou na Psicologia, a segunda leva, a partir dos anos 1870, comporte muitos geógrafos. Não somente os geógrafos mais famosos, como Elisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921), mas também Léon Metchnikoff (1838-1888),

Mikhail Dragomanov (1841-1895), Gustave Lefrançais (1826-1901) ou Charles Perron (1837-1909).

Estes geógrafos assinam os textos pessoalmente, mas funcionam, sobretudo, como coletivo e rede, colocando o seu conhecimento e as suas reflexões a serviço de todos. O trabalho político e o trabalho científico deles, separados formalmente, se desenvolvem sempre em paralelo. Um bom exemplo disso é a revista internacionalista *Le Travailleur*, que tem o mesmo coletivo editorial da *Nouvelle Géographie Universelle* (doravante NGU), monumental enciclopédia geográfica em 19

* Este artigo é a versão portuguesa do texto de uma palestra feita pelos autores no colóquio internacional Espace et Rapports Sociaux de domination, Marne-la-Vallée, 20-21 setembro 2012. Traduzido para o português por Federico Ferretti. Revisão da tradução: Eduardo Bayer Knopman. Pensando no público leitor brasileiro, algumas notas de rodapé foram adicionadas pelo revisor; se acham identificadas pelas iniciais NR (nota do revisor), ao final da nota.

Revista Território Autônomo | nº 2 | Outono de 2013

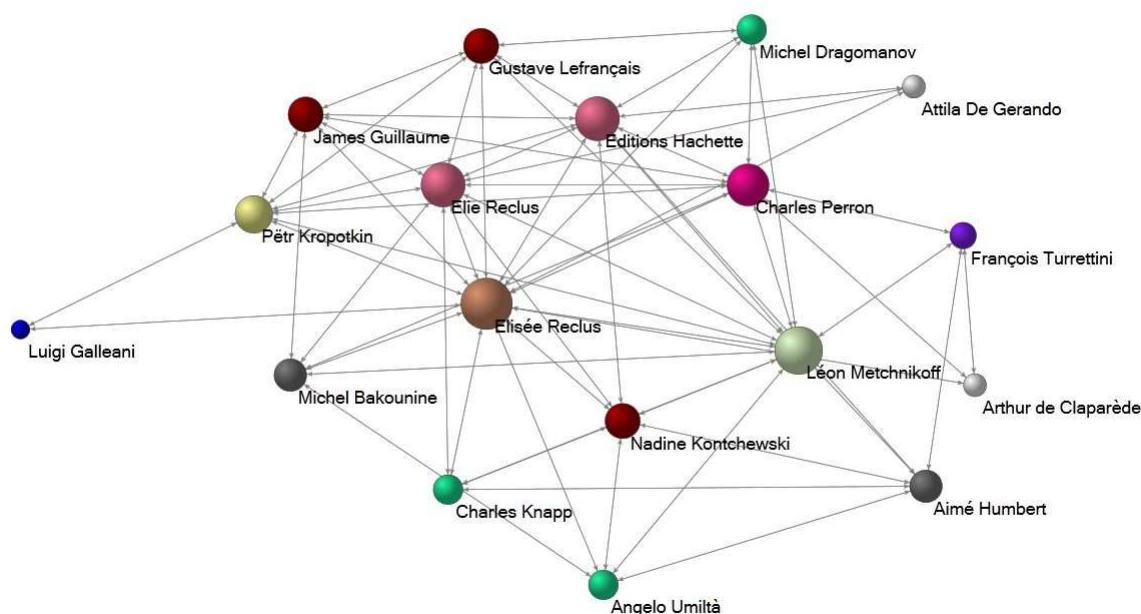


Gráfico Pajek das redes reclusianas durante o exílio na Suíça (1872-1890): as linhas indicam a existência de uma relação epistolar entre os atores. A dimensão dos círculos mostra aproximadamente a importância relativa da correspondência trocada por cada ator

volumes.¹ Esta revista, impressa entre 1877 e 1878 em Genebra na gráfica dos exilados russos *Rabotnik* (trabalhador, em russo), foi dirigida por Reclus (autor da NGU) e Perron (cartógrafo da obra), e tem entre os seus colaboradores fixos Metchnikoff (informante científico e coautor do volume VII), Dragomanov (consultor científico e coautor do volume V) e Lefrançais (secretário editorial da obra). Ou seja, uma parte da rede formada pelo encontro, na Suíça francófona dos anos 1870 a 1880, de exilados russos opositores do Czar, refugiados franceses da Comuna de Paris e militantes suíços. Do ponto de vista da história política, este encontro tem a máxima importância, porque está na origem da fundação do movimento anarquista organizado pelo congresso da

Internacional Antiautoritária na aldeia de Saint-Imier, em 1872.²

A revista aborda questões de atualidade política que encontram uma abordagem paralela nos volumes contemporâneos da NGU, como os estudos de Metchnikoff sobre o Japão, que sugerem pela primeira vez na ciência europeia o redimensionamento da Europa nas dinâmicas mundiais e a futura emergência do cenário “geopolítico” da Ásia e do Pacífico na história mundial.

A original análise que os geógrafos anarquistas fazem sobre as relações espaciais de dominação que se estabelecem entre o fim do século

¹ RECLUS E., *Nouvelle géographie universelle, la Terre et les Hommes*, Paris, Hachette, 1876-1894.

² GUILLAUME J., *L’Internationale, documents et souvenirs*, Paris, Lebovici, 1985; ENCKELL M., “Élisée Reclus, inventeur de l’anarchisme”, in Ronald CREAGH (ed.) et alii, *Élisée Reclus – Paul Vidal de la Blache: Le Géographe, la cité et le monde, hier et aujourd’hui. Autour de 1905*, Paris, L’Harmattan, 2009, p. 39-44.

XIX e o começo do século XX (das quais fornecemos aqui somente alguns exemplos) portam o seu desafio a duas novas teorias que nesta época perturbam mais o tempo que o espaço: o darwinismo e o Marxismo. O primeiro questiona a ideia da criação, teorizando a evolução, e o outro postula uma sucessão de modos de produção e uma teleologia histórica.

1. Os geógrafos anarquistas contra o darwinismo social – e pela ajuda mútua e a “mesologia”

O darwinismo concerne à Geografia em relação à diferenciação espacial da evolução em função do meio ambiente. No entanto, os geógrafos anarquistas não se dedicam a este assunto específico: eles se preocupam mais em contestar o darwinismo social, que justificaria a desigualdade entre os indivíduos e os povos da espécie humana, e em desenvolver a cooperação no interior e no exterior da espécie como fator da evolução, frequentemente mais importante que a competição na luta pela existência. Aliás, esta teoria é aceita como pertinente por muitos pesquisadores até os nossos dias (Georges Romanes o executor testamentário de Darwin, W. C. Allee, Ashley Montagu, Imanishi Kinji, Stephen Jay Gould...).

Kropotkin é conhecido como inventor da teoria da ajuda mútua:³ contudo, os arquivos demonstram que essa teoria é o fruto de uma elaboração comum, partilhada com Reclus e Metchnikoff nos anos em que estes geógrafos trabalhavam juntos às margens do lago de Genebra,

sendo todos exilados políticos (Reclus e Lefrançais como combatentes da Comuna de Paris de 1871, Kropotkin, Metchnikoff e Dragomanov como oponentes do Czar). Metchnikoff antecipa a ideia da ajuda mútua num artigo de 1886. Reclus envia este manuscrito a Kropotkin para que ele possa trabalhar sobre isso enquanto encontra-se detido na França, entre Lyon e Clairvaux (1882-86).⁴

Metchnikoff tenta construir uma versão solidária do darwinismo, destacando como motor da evolução antes a cooperação que a competição. “A ciência natural nos ensina que a associação é a lei de cada existência. O que normalmente chamamos sociedade é somente um caso particular desta lei”.⁵ Logo, ele afia a sua análise afirmando que o nível mais alto da evolução social será uma sociedade onde a cooperação não será imposta, mas livremente aceita e praticada em todos os níveis da vida social: isso é dizer, a anarquia. “O progresso social é inversamente proporcional à coerção efetuada pela proibição e pela autoridade, e está em relação direta com o papel da vontade, da liberdade, da anarquia, como Proudhon demonstrou.”⁶

Segundo Kropotkin, o anarquismo situa-se no interior do evolucionismo e das ciências “positivas”, cuja primeira vantagem é desmentir todos os sistemas religiosos e metafísicos. Durante os seus anos de viagens e pesquisas na Sibéria (1862-1867), ele observou no campo muitas formas de solidariedade e cooperação entre comunidades de

³ KROPOTKIN P., *Mutual Aid: A Factor in Evolution*, London, Heinemann, 1902. Fr., *L'Entraide, un facteur de l'évolution (EFÉ)*, Paris, Hachette, 1906.

⁴ Gosudartsvennyi Arkhiv Rossiiskii Federatsii (em diante GARF), fondy P-6753, op. 1, khr 23, f. 41, lettre d'É. Reclus à Pierre Kropotkine, 27 septembre 1884.

⁵ METCHNIKOFF L., “Révolution et évolution”. *The Contemporary Review*, 1886, 50, p. 415.

⁶ METCHNIKOFF L., *La Civilisation et les grands fleuves historiques*, Paris, Hachette, 1889, 372 p., p. 415.

animais, de vegetais e de humanos, e também entre indivíduos de espécies diferentes.

O darwinismo social era ferozmente afirmado pelo cientista alemão Ernst Haeckel (1834-1919), inventor da Ecologia (1866). Esta é uma das razões pelas quais Reclus, Metchnikoff e Kropotkin não adotam nem essa palavra, nem o seu conceito. Particularmente, Reclus prefere falar de “mesologia”, definição que ele insere na sua ideia de “Geografia social”.

Meio é uma das palavras e noções-chave da Geografia reclusiana. Ela é antiga na França, pois se encontra em Pascal e em Diderot no sentido de uma dimensão física (“espaço material através do qual passa um corpo no seu movimento”), mas o positivismo a populariza num sentido novo. Auguste Comte (1798-1857) esboça no começo da sua reflexão uma “mesologia”, o “estudo teórico do meio”, conceito lançado em 1848 pelo médico, naturalista e fundador da Sociedade de Biologia Charles-Philippe Robin (1821-1885), que insiste sobre isso no seu *Système de politique positive* (1851-1854).

Louis-Adolphe Bertillon (1821-1883), socialista proudhoniano, médico, antropólogo e demógrafo, compreende este conceito sob o ângulo da adaptação da espécie humana ao meio: segundo o vocabulário atual, a “etologia humana”. Reclus, igualmente leitor de Comte, expõe a mesologia de Bertillon nas primeiras páginas de *L’Homme et la Terre* (1905). Contudo, ele amplia esta teoria, porque acha que falta combinar os tempos longos (na terminologia atual) e os tempos curtos, a todas as escalas.

Neste sentido, “a história da humanidade, no seu conjunto e nas suas partes, não pode se explicar

Revista Território Autônomo | nº 2 | Outono de 2013

como sendo a adição de meios com ‘interesses compostos’ durante a sucessão dos séculos; para compreender bem a evolução que tem se realizado, falta apreciar também em que medida os próprios meios têm evoluído, no decorrer da história da humanidade, e modificado a sua ação por consequência.” Reclus utiliza então os exemplos das geleiras que avançam ou regredem, dos rios mais ou menos dominados, dos *finis terrae* que podem transformar-se em pontos de partida, das planícies florestais que se tornam ricas quando são desbravadas.

O meio geral compõe-se de inúmeros elementos, entre os quais Reclus distingue o “meio-espaço”, o “meio por excelência”, “pertencendo à natureza exterior” (conceito veiculado por Bakunin), ou ainda “ambiente” ou “meio estático primitivo”. Adiciona-se o “meio dinâmico”, combinação complexa de “fenômenos ativos” em que a “marcha das sociedades” é composta por “impulsos progressivos e regressivos” (noção utilizada por Proudhon consoante Vico e Michelet). Ao final, trata-se de “forças primárias ou secundárias, puramente geográficas ou já históricas, que variam segundo os povos e os séculos.”⁷ A dinâmica reclusiana revela-se muito próxima do que Proudhon chama “o movimento”, uma noção central em sua obra.

É esta dinâmica do “meio-espaço” e do “meio-tempo” que constitui a civilização, como Reclus observa quase incidentalmente: o conjunto das “necessidades da existência” atua sobre “a maneira de achar e de sentir”, “criando assim para uma grande parte (da população) o estado que se chama civilização, em constante modificação pelas

⁷ *H&T*, t. VI, p. 117.

novas aquisições, misturadas a sobrevivências, mais ou menos duradouras. Ademais, o gênero de vida, combinado com o meio, complica-se...”.⁸ É também, mais precisamente, uma “semicivilização”, porque ela não favorece a todos da mesma maneira.⁹

Uma das aplicações geográficas da teoria da ajuda mútua diz respeito às cidades. Segundo os geógrafos anarquistas, a comuna da Idade Média é uma das expressões históricas mais importantes da aplicação deste princípio nas sociedades humanas. Segundo Reclus, este assunto é muito importante, porque a cidade é um objeto geográfico de primeira importância no conjunto da sua obra, ao ponto de que os maiores historiadores da Geografia francesa creditam Reclus como precursor da Geografia Urbana, em uma época em que esta definição disciplinar ainda não existia. No entanto, se Reclus denuncia os problemas higiênicos e sociais da cidade da sua época, ele não cai, por isso, na “urbanofobia” que caracteriza muitos autores seus contemporâneos, uma vez que ele acha que a cidade é o indispensável lugar da circulação dos saberes e das revoltas também, sendo o maior exemplo o da Comuna de Paris.¹⁰

2. Concentração do capital e disseminação industrial

Segundo o esquema histórico marxista, a concentração do capital se cumprirá em escala planetária por meio da dominação das grandes empresas internacionais. Mas essa profecia realiza-se somente em parte, porque ela não se traduz pela desaparecimento anunciada da pequena indústria e do pequeno comércio, nem pela desaparecimento dos camponeses, nem pela diminuição das classes médias correspondentes.

Menos de cinquenta anos após a publicação do *Manifesto* (1848) e da *Crítica da Economia Política*, (1859), Élisée Reclus observa facilmente que a pequena indústria e a pequena agricultura ainda existem, enquanto se intensifica na escala planetária a divisão sócio-espacial do trabalho, para retomar uma terminologia atual. Ele critica explicitamente Marx sobre estes assuntos. Apesar de constatar que “a indústria, como as outras formas da riqueza, concentra-se gradualmente num número de mãos sempre menor” na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos;¹¹ ele acrescenta que “no entanto, a pequena indústria não está morta, e o pequeno comércio tampouco”.¹²

Ao mesmo tempo, Kropotkin expõe uma consideração similar, denunciando “as frases estereotipadas que declaram que a pequena indústria está em decadência e que ‘o quanto antes ela desaparecer, melhor’, pois cederá lugar à ‘concentração capitalista’ que, consoante o credo social-democrático, ‘chegará logo à sua própria ruína’.”¹³

⁸ Ibid., p. 116.

⁹ Ibid., p. 533.

¹⁰ Uma extensa discussão do tema pode ser encontrada em um longo artigo de Marcelo Lopes de Souza, publicado em 2012 na revista inglesa *City* (Vol. 16, Nos. 1-2, February-April 2012, pp. 5-34), “The city in libertarian thought: From Élisée Reclus to Murray Bookchin – and beyond”). No mesmo ano saiu publicado, do mesmo autor, um outro texto que lida com o mesmo assunto, desta feita em português, e portanto mais acessível ao público leitor brasileiro: “Introdução: A Geografia, o pensamento e a práxis libertários e a cidade – Encontros, desencontros e reencontros” (*Cidades*, vol. 9, n.º 5, janeiro-junho de 2012, pp. 9-58). (NR)

¹¹ Ibid., p. 336.

¹² Ibid., p. 337.

¹³ KROPOTKINE P., *Champs, usines et ateliers*, Paris,

Segundo Kropotkin, “A base desta crença encontra-se num dos últimos capítulos do *Capital* de Marx (o penúltimo) onde o autor trata da concentração do capital e lá via ‘a fatalidade duma lei natural’.” Ele lembra que “em torno de 1848, todos os socialistas ou quase partilhavam esta ideia”. Ele acredita, no entanto, que se Marx tivesse visto a evolução subsequente das coisas, ele talvez tivesse mudado a sua teoria, porque “ele teria observado a extrema vagariedade com a qual a desapareição da pequena indústria cumpre-se” permitida por conta das “facilidades de transporte (...), da demanda sempre crescente e sempre mais variada, e do bom mercado atual da força motriz.”¹⁴ Existe também uma indústria “disseminada, que responde a necessidades e não teme a concentração do capital, que mais a desdenha.”¹⁵

Aliás, Reclus assinala com qual habilidade os grandes industriais desenrascam-se para “evitar as fronteiras”.¹⁶ Um século antes do brilho dos “países emergentes” e “outros novos países industrializados asiáticos” ele anuncia a dinâmica espacial do desenvolvimento do capitalismo: “O período histórico em que a humanidade vivencia a junção definitiva da Ásia Oriental ao mundo europeu, é rica de eventos. Como a superfície da água, por efeito do peso, tenta nivelar-se, assim as condições do mercado do trabalho tendem a se igualar. Considerado como simples proprietário, dono de seus braços, o homem mesmo é uma mercadoria, não menos não mais do que os produtos de seu trabalho. As indústrias de todos os países, cada vez mais empenhadas na luta da concorrência

vital, querem produzir barato comprando ao preço mais baixo a matéria prima e os braços que a transformam. Mas onde as poderosas manufaturas, como as da Nova Inglaterra, encontram trabalhadores mais hábeis e sóbrios, e ainda menos dispendiosos, que os do Extremo Oriente?”¹⁷

A diferença entre as fortunas cresce, “mas a classe média não está atrofiada. A burguesia, a pequena e a alta burguesia, não desapareceram. Ao contrário.”¹⁸ Logicamente, Reclus conclui: “Esperando a elaboração de uma teoria que considere estes feitos, falta afirmar que estes fenômenos são mais complexos que o que se poderia acreditar em 1840, ou mesmo em 1870.”¹⁹ Desse modo, pode-se apenas observar a lucidez de Elisée Reclus a respeito da evolução do capital, e sobre a tradução ideológica que isso implica na própria evolução da análise socialista.

Élisée Reclus percebe os aspectos geográficos daquilo a que hoje se dá o nome de globalização. Assim, ele anuncia que “o teatro faz-se mais largo, porque ele abraça agora o conjunto das terras e dos mares, mas as forças que estavam em luta em cada país particular são igualmente elas que combatem em toda a Terra.”²⁰

Ou seja, a lógica da construção do capital em cada país aplica-se agora a todo o planeta, ela pesa sobre os produtores assim como sobre os consumidores. “Em cada país, o capital busca dominar os trabalhadores; igualmente no maior mercado do mundo o capital, crescido desmesuradamente, despreocupado de todas antigas fronteiras, tenta fazer trabalhar em seu proveito a

Stock, 1910, p. 304 (doravante *CUA*).

¹⁴ Ibid.

¹⁵ *H&T*, t. VI, chap. IX, p. 337.

¹⁶ Ibid., p. 362.

¹⁷ *NGU*, t. VII, p. 15.

¹⁸ *H&T*, t. VI, chap. IX, p. 337.

¹⁹ Ibid., p. 337.

²⁰ *H&T*, t. V, chap. IX, p. 287.

massa dos produtores e a fazer um seguro de todos os consumidores do mundo, tanto selvagens e bárbaros quanto civilizados.”²¹

3. A teoria anarquista do “desenvolvimento desigual”

Élisée Reclus focaliza, então, a dinâmica do capital, como Marx, mas também o papel dos Estados; uma combinação sempre atual, que os partidários do liberalismo, mas também da social-democracia e do terceiro-mundismo, buscam suavizar. Reclus esboça uma análise do “desenvolvimento desigual”: ele utiliza também esta expressão no prefácio de *L’Homme et la Terre*, sublinhando que “a luta da concorrência vital”, que arrasta as “indústrias de todos os países”, leva a uma vontade de “produzir barato, comprando ao preço mais baixo as matérias primas e os braços que a transformam.”²²

Este processo provoca não somente a chegada de mão-de-obra nos países industrializados, mas também uma difusão mundial da indústria onde se busca a mão-de-obra, de modo que há uma concorrência terrível entre países e classes proletárias. Segundo Reclus, “não é necessário que os imigrantes chineses encontrem empregos nas fábricas da Europa e América para que eles façam baixar as remunerações dos proletários ‘brancos’: basta que indústrias similares às europeias, de lã e de algodão, por exemplo, fundam-se em todo os Extremo Oriente, e que os produtos chineses ou japoneses sejam vendidos na Europa a um preço melhor que as produções locais.”²³

Seria tentador insistir sobre o caráter notável desta análise, escrita no começo do século XX e premonitória no plano não somente econômico (a pesquisa buscando os menores salários, a competição industrial, os setores industriais interessados...), mas também geográfico (os países da Ásia como novos países industrializados). Mas o discurso reclusiano não para por aí.

Com efeito, em paralelo à sobreposição das opressões que ele observa em cada país, e que permite manter uma dominação geral ou colonial, Élisée Reclus reflete igualmente sobre a nova hierarquia que se desenha entre as diferentes nações e potências.²⁴ Claramente, ele não pôde imaginar a aparição da União Soviética e suas consequências geopolíticas como a instauração de uma nova ordem mundial no contexto de uma guerra dita fria, mas em realidade muito quente em certas partes do mundo (Coréia, Indochina, Etiópia, Angola...).

Mas ele prevê o enfraquecimento da Inglaterra, esta “nação iniciadora da grande indústria que deixa-se atolar na rotina e que é, agora, superada pelos seus rivais”, a preponderância econômica do Novo Mundo sobre a Europa (não somente os Estados Unidos mas também a América Latina), embora “as repúblicas sul-americanas (...) não possam impedir que, pela força das coisas, os Estados Unidos cresçam constantemente buscando sua preponderância.”²⁵ Ele anuncia também o surgimento do Japão e da China.

²¹ Ibid.

²² *H&T*, t. VI, p. 12.

²³ Ib.

²⁴ FERRETTI F., “They have the right to throw us out: Élisée Reclus’ Universal Geography” *Antipode*, 1, 2013, DOI: 10.1111/anti.12006; FERRETTI F.e PELLETIER PH., “Sciences impériales et discours hétérodoxes: la géographie d’Élisée Reclus et le colonialisme français”, *L’Espace Géographique*, 1 (2013).

²⁵ *H&T*, t. VI, p. 12 et p. 80-81.

A pressão colonial ou imperialista das grandes potências sobre os países repercute inevitavelmente sobre os povos e no interior de cada país, ocultando assim as verdadeiras responsabilidades e causas da “escada de dominações”: “Não há flagelo como o de uma nação oprimida que faz recair a opressão como um furor e uma vingança sobre os povos que ela oprime por sua vez. A tirania e a repressão se estratificam, se hierarquizam.”²⁶

O Estado, político e militar, guarda o seu papel e dita as novas ordens: “A superioridade pertence ao que, num dado momento, dispõe de um novo equipamento militar, naval, submarino, aéreo ou flutuante.”²⁷ Da parte de um anarquista, a evocação deste fator não é surpreendente, e observa-se mais esta antecipação extraordinária do papel da força aérea e da força submarina, vistas no mesmo nível que as forças mais convencionais.

Mais ou menos na mesma época destes escritos de Reclus, Kropotkin acrescenta descrevendo a difusão espacial da indústria, e também o seu esmigalhamento, nas campanhas, que ele evoca nos primeiros capítulos da *Conquista do Pão* (1892). Uma dúzia de anos após a primeira versão inglesa do seu livro *Campos, fábricas e oficinas* (1898), ele comenta, na edição francesa (1910), que “revisando o capítulo sobre as pequenas indústrias, pude constatar igualmente que o seu desenvolvimento, ao lado das grandes indústrias centralizadas, não tem absolutamente diminuído. Ao contrário, a distribuição da força em domicílio confere-lhe novos impulsos”.²⁸ Ele aborda aí um fator tecnológico, a difusão da energia não humana,

que se acrescenta às condições clássicas da exploração da força de trabalho.

Em paralelo com este fator técnico, Kropotkin acrescenta a concorrência internacional que empurra apesar de tudo cada país a “se liberar da exploração das outras nações, mais avançadas no seu desenvolvimento técnico.”²⁹

Ou seja, ele analisa a divisão internacional e sócio-espacial do trabalho, propondo uma combinação de vários fatores na difusão da indústria: a economia da energia necessária, a inovação tecnológica, a competição das grandes firmas, a dinâmica nacional própria do capitalismo de Estado, mas também a recomposição da divisão do trabalho; o excesso que encontra nos seus limites uma nova síntese (agricultura-indústria, manual-intelectual) como as iniciativas presas pelo povo (“os sindicatos dos camponeses, as cooperativas de produção”, etc.).

A divisão sócio-espacial do trabalho ata-se à Sociologia, pois corresponde à divisão da sociedade em classes. O anarquismo, e com mais razão o anarcossindicalismo, não têm nunca dado uma definição restritiva do proletariado. Longe de limitar esta classe ao chão fabril da indústria, eles consideram também os empregados, os técnicos, os instrutores, os camponeses sem terra, os lavradores e todas as categorias de agricultores.

Segundo Proudhon, o proletário é “o que procura trabalho”, e opõe constantemente o trabalhador ao capitalista. Marx e Engels sistematizam esta oposição, por exemplo, no *Manifesto Comunista* (1848). Mas, contrariamente ao marxismo, o anarquismo não considera que estes dois grandes blocos, a burguesia e o proletariado,

²⁶ H&T, t. I, p. 281.

²⁷ H&T, t. VI, p. 13.

²⁸ CUA, p. X.

²⁹ CUA, p. IX.

sejam homogêneos, nem que os seus interesses sejam mecanicamente comuns. Isso foi um dos assuntos teóricos e políticos do Congresso Internacional Anarquista de Amsterdã de 1907. Errico Malatesta (1855-1932) responde a Pierre Monatte (1881-1960) que “o erro fundamental de todos os sindicalistas revolucionários advém duma concepção demasiado simplista da luta das classes. É a concepção segundo a qual os interesses econômicos (...) da classe trabalhadora seriam solidários”.³⁰ A concorrência generalizada, lei fundamental do capitalismo, opõe-se em efeito a esta situação. As corporações, ou grupos profissionais, podem entrar em conflito de interesses, e também duramente.

No plano sociológico, o anarquismo considera a existência de uma nova classe média no capitalismo e do papel dos socialistas e dos próprios sindicalistas no surgimento desta classe. A evolução do capitalismo vê em efeito a emergência duma classe média que se distancia subjetivamente da classe proletária e que ocupa uma posição sempre mais importante. É o que Proudhon prevê muito cedo, ao contrário de Marx, porque em 1852, mais ou menos na mesma época do *Manifesto Comunista*, dá à expressão “classe média” (no singular) uma base conceitual que será repetida por Max Weber e Jean Jaurès, por exemplo, mas que tem igualmente uma dimensão política.

4. A Geografia dos anarquistas, a questão das fronteiras e das nacionalidades

Coerentemente, os anarquistas, que se opõem à teoria das “fronteiras naturais”, criticam também o nacionalismo que chega delas, e que se articula com base nelas. Eles põem em questão o pressuposto naturalista em sua base. Proudhon avalia a teoria das fronteiras naturais como “princípio duvidoso”, abordando conjuntamente o princípio das nacionalidades como “fundamentalmente indeterminável”.³¹ Segundo ele, não há um pertencimento natural a uma nacionalidade determinada, ideia que se demonstra abstrata e produzida mais pela política que pela natureza. Ele recusa, então, o princípio da concepção natural da nacionalidade, como será formalizado particularmente na Alemanha.

No entanto, ele adere ao princípio da nacionalidade eletiva desenvolvido na França. Faltaria, para ser coerente com isso, consultar todas as populações de uma região para saber a qual Estado eles decidiram aderir. Esta solução não lhe desgosta e, de fato, ele sublinha muitas vezes que o território de um Estado tem que depender do consenso de seus habitantes, independentemente de toda configuração geográfica ou etnográfica. “Mas, aprofundando o problema, ele percebe os abusos graves que podem se fazer deste princípio”, como observa Georges Goriely.³²

Com efeito, ao contrário de Rousseau, que postula um contrato social com finalidade unitária e o mais possível racional, Proudhon acha que a

³⁰ MIEVILLE A., ANTONIOLI M. éd., *Anarchie & syndicalisme, le Congrès Anarchiste International d'Amsterdam (1907)*, Paris, Nautilus et Éd. du Monde libertaire, 1997, 234 p.

³¹ *Du Principe fédératif*, 1863.

³² GORIÉLY G., “Proudhon et les nationalités”, *L'actualité de Proudhon, colloque de novembre 1965*. Bruxelles, Université Libre de Bruxelles, 1967, 262 p., p. 151-168.

vontade e por consequência a liberdade não são completamente racionais, porque elas são sempre plurais, e assim potencialmente antagônicas. Sempre situadas, “nossa vontade e nossa liberdade individuais estão sempre em relação dialética com a vontade e a liberdade do grupo”, e participam em todos os níveis de pertinências e necessidades.

Portanto, ao contrário de Montesquieu e Tocqueville, o poder deve ser distribuído ao máximo, sem ser dominado pelo sufrágio universal, não porque aquele garantirá um peso igual a todo e cada cidadão, mas porque isso pretenderia dar um único fundamento a uma vontade única. Eis porque uma região não pode determinar definitivamente, influenciada por paixões, o destino de seus cidadãos. O território do indivíduo está por todo lado. “Não há nacionalidade nem pátria no sentido político da palavra, há apenas lugares de nascimento. O homem, de que cor que seja, é realmente um indígena do universo [*indigène de l’univers*]. O direito de cidade está com ele em todo lado.”³³ “Indígenas do universo”: linda invenção para resumir uma Geografia anarquista!

Élisée Reclus desenvolve uma concepção extensiva da palavra *nação*, que se assimila ao grupo humano. Além dos conflitos entre nações fortes e nações fracas, ele preocupa-se com as manipulações que hoje poder-se-iam chamar “geopolíticas”. “Para justificar a existência das fronteiras, cuja absurdidade é evidente, trazem-se argumentos de nacionalidade, como se os grupos políticos tivessem uma constituição normal e houvesse correspondência real entre o território

delimitado e o conjunto da população consciente da sua vida coletiva.”³⁴

Reclus acrescenta uma definição do feito nacional, que ele atenua logo, resolvendo toda tentação essencialista pela observação geográfica da mobilidade dos povos e dos indivíduos. “Sem dúvida, cada indivíduo tem o direito de agrupar-se e de associar-se com os outros segundo as suas afinidades, entre as quais a comunidade de costumes, de linguagem, de história é a primeira de todas em importância, mas esta liberdade mesma do grupamento individual implica a mobilidade da fronteira: quão pouco a vontade dos habitantes está de acordo com as convenções oficiais?”³⁵

Numa carta enviada ao anarquista inglês Henry Seymour (1861-1938), Reclus especifica que “nós não reconhecemos mais o que se chama ‘pátria’ e que, na sua significação habitual, representa a solidariedade dos crimes de nossos antepassados contra outros países, e das iniquidades das quais nossos respectivos governos são responsáveis. Para fundar uma nova sociedade, falta primeiro renegar toda obra de sangue.”³⁶

A questão da Europa oriental e da península balcânica focaliza nesta época a atenção dos meios progressistas europeus. Os artigos de Dragomanov, fonte de documentação da NGU, mostram como os geógrafos anarquistas elaboram o conceito proudhoniano de federalismo para aplicá-lo aos desafios do fim dos impérios na Europa do Leste, então concebida como muito próxima. A proposição federalista baseia-se explicitamente sobre a geografia dessas regiões, e sobre a naturalização implícita de seu mosaico étnico. Mesmo se isso não

³³ *La Guerre et la paix*, 1861. Recordemos que, na época, a palavra “raça” e seu uso não tinham as mesmas características de hoje em dia..

³⁴ *H&T*, t. V, p. 318.

³⁵ *Ib.*

³⁶ Lettre du 1er mars 1885, *Correspondance*, t. 2, p. 338.

é erigido em lei rígida, as regiões naturais formadas pelas bacias fluviais e pelas cadeias de montanhas são aceitas como influentes na formação das nacionalidades, cuja revolta é vista como indispensável para derrotar “a velha Europa”.

Segundo Dragomanov, considerado hoje como um dos pais espirituais da independência ucraniana, olvidando às vezes a sua visão claramente socialista e libertária, “o nosso cosmopolitismo não terá a tarefa impossível de destruir as nacionalidades, o que praticamente se traduzirá na submissão das nacionalidades conquistadas pelas nacionalidades conquistadoras, e na constituição de classes privilegiadas e classes sujeitadas. Ao contrário, é pela emancipação das massas populares que nosso cosmopolitismo atrairá nacionalidades diferentes, fruto da natureza, numa federação internacional livre e igualitária baseada na autonomia do indivíduo e na federação das comunas livres.”³⁷

O sentimento de que a explosão da questão nacional favorecera a explosão da questão social é bastante comum em meio aos socialistas e anarquistas desta época, mas não podemos nos esquecer da crítica reclusiana das fronteiras estaduais e administrativas, “amiúde traçadas ao acaso, ou precisamente com a intenção de combater as afinidades nacionais.”³⁸

Na NGU, a Rússia é vista como o país onde a reação mais feroz golpeia os revolucionários mais audazes: “É na Rússia que se encontram as formas mais antigas do poder absoluto, e é igualmente lá

que os inovadores propõem da maneira mais audaz as teorias de reconstrução social e política.”³⁹ As nações balcânicas, submissas aos impérios Otomano e Austríaco, são tidas igualmente como as protagonistas futuras da “livre federação dos povos danubianos” premissa do ideal Iugoslavo⁴⁰.

Compreende-se, então, porque o Boletim da Fédération Jurassienne⁴¹ saúda a publicação da NGU onde, oficialmente, não se fala de política, como uma expressão do “sentimento de internacionalidade, de cosmopolitismo que, concebido somente pelas inteligências mais altas nos séculos anteriores, tem-se tornado hoje dominante no proletariado dos dois mundos, e que o estudo comprometido da Geografia contribui a fortalecer [...], um livro de vulgarização científica que poderá render grandes serviços à instrução popular. Assim todas as sociedades obreiras que possuem uma biblioteca deveriam impor-se o leviano sacrifício de uma despesa semanal de 50 centavos, para poder apoderar-se desta obra.”⁴²

Referências bibliográficas (síntese)

- ANGAUT J.-C., “L’Entraide de Kropotkine: un socialisme darwinien?”. *Colloque “Nature et socialisme”*, Besançon, 2009, 13 p.
- ENCKELL M., “Élisée Reclus, inventeur de l’anarchisme”, in Ronald CREAGH (ed.) et alii, *Élisée Reclus – Paul Vidal de la Blache : Le Géographe, la cité et le monde, hier et*

³⁹ Ib., p. 892.

⁴⁰ NGU, vol. III, *Europe Centrale*, 1878, p. 268.

⁴¹ Comumente conhecida, em português, como Federação do Jura. O Jura é um cantão suíço, de fala francesa, que, no século XIX, abrigou a mais importante seção antiautoritária (anarquista) da Associação Internacional dos Trabalhadores (“Primeira Internacional”). (NR)

⁴² [J. Guillaume], “Variétés”, *Bulletin de la Fédération Jurassienne*, 13 juin 1875, p. 4.

³⁷ DRAGOMANOV M., “Les paysans Russo-ukrainiens sous les libéraux Hongrois”, *Le Travailleur*, 1877, 1, p. 14.

³⁸ NGU, vol. V, *Scandinavie et Russie d’Europe*, 1880, p. 437.

- aujourd'hui. *Autour de 1905*, Paris, L'Harmattan, 2009, p. 39-44.
- FERRETTI F., *Anarchici ed editori, reti scientifiche, editoria e lotte culturali attorno alla Nuova Geografia Universale di Élisée Reclus (1876-1894)*. Milan, Zero in condotta, 2011a, 272 p.
- FERRETTI F., “The correspondence between Élisée Reclus and Pëtr Kropotkin as a source for the history of geography”, *Journal of Historical Geography*, 37, 2011b, p. 216-222.
- FERRETTI F., “They have the right to throw us out: Élisée Reclus’ Universal Geography” *Antipode*, 1, 2013, DOI: 10.1111/anti.12006.
- FERRETTI F. e PELLETIER PH., “Sciences impériales et discours hétérodoxes : la géographie d’Élisée Reclus et le colonialisme français”, *L’Espace Géographique*, 1 (2013).
- NAVET G., “Proudhon, le fédéralisme et la question italienne”. *Corpus, revue de philosophie*, 2004, 47, p. 159-189.
- PELLETIER PH., “La grande ville entre barbarie et civilisation chez Élisée Reclus (1830-1905)”. *Colloque Ville mal aimée, ville à aimer*, Cerisy-la-Salle, juin 2007.
- PELLETIER PH., *Géographie et anarchie*, Reclus, Kropotkine, Metchnikoff, Paris-Oléron, Éditions du Monde Libertaire, Éditions Libertaires, 2013, 640 p.
- Réfractions, recherches et expressions anarchistes*, “L’entraide, un facteur de révolutions”, 23, 2009.
- ROBIC M.-C., “La ville, objet ou problème ? La géographie urbaine en France (1890-1960)”, *Sociétés contemporaines*, 2003, n. 49-50, p. 107-138.
- STODDART D., “Darwin’s impact on geography”, *Annals of the Association of American Geographers*, 1966, 56-4, p. 683-698.